

Lula deixa em aberto sua candidatura em 2026

Popularidade, segundo Datafolha, atinge o pior patamar

Por Karoline Cavalcante

Pesquisa Datafolha divulgada na sexta-feira (14) indica que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) atingiu o mais baixo patamar de popularidade de todas as suas três passagens pelo comando do país. Segundo o Datafolha, o índice de aprovação do governo está em somente 24%, enquanto 41% hoje o desaprovam.

É neste momento que Lula sinalizou, em entrevista, que poderá acabar não disputando as eleições presidenciais de 2026. Aos 79 anos, o petista ressaltou a importância de ser “realista” e afirmou que a decisão dependerá de sua saúde. Para ele, o momento ainda é prematuro para discutir o pleito e sua prioridade é, neste momento, a gestão atual. As declarações foram feitas em entrevista à Rádio Clube do Pará.

“Se eu vou ser candidato ou não, tem uma discussão com muitos partidos políticos, com a sociedade brasileira. Eu tenho 79 anos, tenho que ter consciência comigo mesmo, não posso mentir para ninguém e muito menos para mim”, afirmou o presidente.

Ele também mencionou sua recuperação após o acidente doméstico ocorrido em outubro de 2024, quando sofreu um tombo que resultou em uma hemorragia intracraniana, necessitando de cirurgia de emergência. “Se eu estiver com 100% de saúde, se eu estiver com a energia que eu tenho hoje, inclusive de cabeça limpa. Sabe por quê? Eu caí um tombo em outubro de 2024, machuquei a cabeça, e eu fiz um tratamento, limpei a cabeça. Tirei tudo o que era bobagem que tinha na cabeça,



Lula poderá ficar fora do páreo eleitoral de 2026?

só ficou coisa boa agora e pensamento positivo”, completou.

Lula enfatizou que, por ora, sua prioridade é o governo de 2025. “Então, é esse país que a gente vai discutir em 2026. Se eu estiver legal e achar que posso ser candidato, eu posso ser candidato”, afirmou.

Cenários

A eventual ausência de Lula em 2026 somada à quase certa ausência do ex-presidente Jair Bolsonaro, que está inelegível, pode tonar incerto o quadro eleitoral das próximas eleições. Apesar da queda de popularidade de Lula, diversas pesquisas apontam que ele venceria em qualquer cenário. Por outro lado, os votos à direita aparecem dispersos, por não ter se firmado alternativa a Bolsonaro, até porque ele tende a desestimular tais alternativas porque tenta reverter sua inelegibilidade. A última pesquisa Atlas/Intel, porém, já mostrou o governador de São Paulo, Tarcísio

de Freitas (Republicanos), em empate técnico com Lula.

O cientista político Frederico Bertholini, professor da Universidade de Brasília (UnB), analisou o cenário e apontou que a ausência de um nome para representar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) nas eleições de 2026, devido à inelegibilidade de Bolsonaro, não indica uma falta de consolidação no campo político da direita. “Essas incertezas mascaram uma realidade consolidada. A inelegibilidade de Bolsonaro não significa falta de força na direita; ao contrário, revela uma enorme consolidação do voto conservador em torno de uma liderança”, explicou.

Bertholini também destacou que as declarações de Lula não devem ser interpretadas como um sinal de desistência e que, dado o atual cenário político, “é improvável que o campo da esquerda lance outra candidatura”.

Esse entendimento é re-

forçado pelo cientista político Isaac Jordão, que acredita que Lula concluirá seu mandato de forma mais sólida e que a falta de uma alternativa viável para substituí-lo pode levá-lo a buscar a reeleição para um quarto mandato. “É natural que isso toque a vaidade da pessoa”, declarou.

“Se Lula se reeleger para um quarto mandato, ele se tornará o presidente com mais mandatos na história do Brasil, superando até Getúlio Vargas, que governou grande parte de seu tempo como ditador”, explicou.

No entanto, os desafios políticos de Lula são visíveis. Pesquisa do Datafolha mostrou que a reprovação ao presidente em um eventual segundo turno chegaria a 41%, enquanto sua aprovação está em 24%.

Este é o pior índice já experimentado por Lula. Em levantamento anterior, os números eram mais equilibrados: 35% de aprovação contra 34% de reprovação.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Mudanças no sistema foram mal recebidas

Popularidade: caso Pix foi tiro no pé do governo

Há no governo dois consensos em torno da queda da aprovação de Lula: os preços dos alimentos, algo que escapa do controle do Executivo, e a crise do Pix — gerada dentro do Ministério da Fazenda. O fato foi percebido por boa parte da população como uma rasteira, principalmente, entre os cerca de 40% de trabalhadores que têm ocupações informais. Estes enxergaram

nas mudanças das regras o olho grande da Receita Federal.

Ficou evidente que o governo não iria taxar as transferências, mas a alteração abria caminho para cobrança de impostos da grana obtida por muita gente. O fato se encaixou no discurso liberal, ressaltado pela direita, de que o Estado serve principalmente para atrapalhar o progresso individual.

Sem gratidão

Como frisou Felipe Nunes, da Quaest, em artigo na Folha de S.Paulo, o eleitor, hoje, é mais crítico. Não haveria mais uma gratidão em relação a iniciativas como Bolsa Família; teria sim a percepção de que, nesses casos, governantes apenas fariam suas obrigações.

Sem confiança

Para petistas, o caso Pix, mais do que afetar a popularidade de Lula, quebrou a confiança de eleitores do governo, identificado como um ente que beneficia protegidos de sempre e atua como inimigo do empreendedor. O governo pareceu dar razão a Pablo Marçal.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Crise complicou eventual candidatura do ministro

Episódio foi usado por quem chamava Haddad de “Taxxad”

O pior, na avaliação de governistas, é que o episódio complica o eventual lançamento do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, à sucessão de Lula. Isto, se o presidente desistir de tentar a reeleição. Semana passada, ele voltou a se referir à sua idade avançada, 79 anos, como eventual obstáculo para mais um mandato.

O caso Pix deu à oposição um fato para justificar o apelido de “Taxxad”, que tentava colar no ministro. Setores da economia já evitavam o Pix, certamente com medo da Receita. Vários bares e a rede de consultórios médicos Pastore há muito tempo rejeitam o mecanismo de pagamento, sabem que tudo ali é registrado.

Terceira via

Líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ) tem uma outra alternativa para libertar presos pelo 8 de Janeiro além da aprovação da anistia ampla e da eventual redução do alcance da proposta. A terceira via seria um projeto de lei sobre o Supremo Tribunal Federal.

Sem foro

A proposta deixaria mais evidente que não cabe ao STF julgar pessoas sem foro privilegiado, caso de praticamente todos os que foram condenados pela intentona. As idas e vindas da corte sobre a prerrogativa de foro asfaltariam o caminho para o projeto de lei.

Exemplo

A redução do escopo da anistia iria na direção do projeto do senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS). A proposta mantém as penas dos que fizeram depredações, mas livra de punição os acusados de tentar golpe de Estado e abolição da democracia.

Sem cadeia

Sóstenes diz que quem cometeu dano qualificado ou destruiu patrimônio público tem que ser condenado. Mas, como as penas para tais crimes são bem mais leves, essas pessoas seriam libertadas. O caminho a ser adotado vai depender dos ventos políticos.

Brics desafia Trump e segue criação de moeda alternativa

Por Karoline Cavalcante

Em meio às ameaças de sobretaxas por parte do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano), aos países emergentes, o governo brasileiro anunciou que, durante a presidência do Brics em 2025, continuará os esforços para desenvolver mecanismos que permitam aos integrantes do bloco utilizarem uma moeda alternativa ao dólar nas transações comerciais entre si.

Em nota divulgada na última quinta-feira (13), o Brics ressaltou que a adoção de uma moeda alternativa facilitaria o comércio e os investimentos dentro do bloco, além de promover sistemas de pagamento mais acessíveis, transparentes, seguros e inclusivos entre seus membros.

Embora o comunicado não tenha mencionado diretamente o líder norte-americano, o grupo enfatizou que o Brasil enfrentará importantes responsabilidades sob a liderança do Brics e da COP 30 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas), em um cenário de tensões geopolíticas que ameaçam a frágil ordem multilateral internacional. O texto alertou para os riscos do “unilateralismo insensato” e a ascensão do extremismo, que comprometem a estabilidade global e ampliam as desigualdades que afetam as populações mais vulneráveis ao redor do mundo.



Trump torna incerto cenário com sua guerra comercial

A reunião do bloco, que contou com representantes de China, Rússia, Índia e África do Sul, além de novos membros como Egito, Etiópia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Indonésia e Irã, ocorreu de forma virtual e abordou questões sobre o impacto da inteligência artificial e da crise climática no mercado de trabalho.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já havia defendido a busca por alternativas ao dólar como uma medida urgente e que não pode ser postergada. Esse movimen-

to, no entanto, gerou reações agressivas por parte de Trump, que anteriormente ameaçou impor tarifas de 100% aos países do Brics caso continuem com a substituição da moeda americana.

Na quinta-feira, em conversa com jornalistas no Salão Oval da Casa Branca, Trump reafirmou sua posição e declarou que o Brics “está morto” desde que fez o anúncio das retaliações, garantindo que os países do bloco “implorarão” para que ele volte atrás. “O Brics está morto desde o momento que eu mencionei isso. Se qui-

serem brincar, não terão mais comércio conosco”, afirmou Trump, antes de se reunir com o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi.

Incertezas

Para o economista e consultor em Comércio Internacional da BMJ Consultores Associados, Guilherme Gomes, o conflito comercial capitaneado pelo governo Trump continua incerto. Ele explicou que o memorando assinado pelo presidente norte-americano nesta quinta-feira, que definiu as diretrizes para as “tarifas comerciais recíprocas”, não apresentou detalhes para a sua implementação.

Segundo ele, as incertezas nesse período devem trazer maior volatilidade ao mercado internacional e possíveis reações de outros países, mas há espaço para que essas medidas sejam revogadas. O governo Trump retrocedeu em algumas das ações anunciadas até o momento, como as tarifas aplicadas ao Canadá e ao México, após esses países buscarem negociações com os EUA.

“O cenário final para cada país e setor dependerá de negociações específicas (caso a caso) com o governo americano. Enquanto há essa indefinição da política comercial americana, os outros países estão trabalhando em alternativas. A União Europeia já ameaçou estabelecer tarifas recíprocas aos EUA, configurando de fato uma guerra comercial”.